

POLÍTICA DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS NO BRASIL

341
José Costa Cavalcanti (*)

Sr Cel. Paulo Victor, Diretor do CTA, Magnífico Reitor do ITA, Srs Professôres de Universidade, demais componentes da direção do CTA, Srs Engenheiros, Srs Industriais, minhas Sras. e meus Srs.

Para mim constitui realmente motivo de grande honra estar aqui nesta tarde dizendo algumas palavras sôbre o tema escolhido .

Venho falar aqui, num ambiente sem dúvida alguma, por demais selecionado, num ambiente de técnicos, de cientistas, de interessados na política minerária do Brasil. Sinto-me de certa forma, digo isto com sinceridade, bastante humilde para a grandeza da tarefa . Nem sequer sou engenheiro, tenho de algum tempo a esta parte procurado cumprir a minha missão no Ministério das Minas e Energia, procurado enfronhar-me nos múltiplos e sérios problemas do Ministério, com o melhor dos meus esforços, fazendo tudo para que a confiança que o govêrno, na pessoa do Sr Presidente, o Mal. Costa e Silva, em mim depositou. Não vou fazer, portanto, uma palestra de um técnico, vou fazer alguns comentários, observações, inerentes naturalmente, ao cargo administrativo que ocupo, e, creio que por isso mesmo, tenha sido êsse o tema escolhido para nossa conversa de hoje à tarde. Depois da parte explanativa, eu ficarei, não sei se é das Normas do Simpósio, à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional, para responder a qualquer indagação, dentro do tema que vou procurar desenvolver ou mesmo dentro de outros assuntos, relacionados com o Ministério que dirijo.

Os recursos minerais de um país tem uma importância fundamental e preponderante na sua economia. O Brasil, no setor mineral , pode-se dizer que é caracterizado pelo desconhecimento ainda do que possuímos. O Brasil no setor mineral, é de certa forma também caracterizado por falta de uma mentalidade minerária. Êsses dois aspectos mostram o estágio em que ainda nos encontramos neste setor. A nossa produção mineral, na boca da mina, representa menos de 2%, cêrca de 1,5% do produto interno bruto. Se compararmos isto com as nossas dimensões de país verdadeiramente continental, com outros países de áreas semelhantes co

(*) - Ministro das Minas e Energia

mo o Canadá, a Rússia, os EEUU., a África do Sul, (que é menor do que o Brasil) verificamos que este dado é bem característico da situação em que nos encontramos no setor mineral. A nossa produção mineral, é estimada em pouco mais de 300 milhões de dólares, entre 300 e 350 milhões de dólares. Isto representa cerca de US\$ 4/hab/ano na nossa produção. Isto é insignificante; nós temos cerca de 80 milhões de habitantes, e a nossa produção, incluindo o petróleo, e todos os bens minerais é da ordem de 300/350 milhões de dólares/ano, o que representa 4 dólares por habitante e por ano. É preciso então que o Brasil procure conhecer os seus recursos minerais, que tudo se faça para melhor explorá-los. A agricultura e a produção mineral são dois setores básicos na economia de qualquer país, sendo que a agricultura é de bens renovados, e a produção mineral é de bens não renováveis. É preciso também que aos poucos se procure criar no Brasil, uma melhor mentalidade de exploração mineral. Talvez certos aspectos de natureza política, talvez certos governos, que não deram na devida oportunidade o apoio e o incentivo à produção mineral no Brasil, talvez isso tenha contribuído para que o nosso Brasil ainda seja um grande importador de bens minerais. Nós importamos talvez um pouco mais do que o que produzimos na boca da mina, no setor mineral, (isto incluindo o petróleo). Importamos cerca de 350 milhões de dólares/ano de substâncias minerais. E nós que temos este verdadeiro continente, que não conhecemos ainda o nosso sub-solo, precisamos incentivar por tôdas as maneiras, o govêrno tomando a sua parte e a indústria e a iniciativa privada tomando o seu quinhão a fim de que num futuro próximo modifiquemos este quadro que não é alentador nos dias de hoje.

Precisamos então, como govêrno, estudar esse assunto sob três aspectos: aspectos de direito, de política e os econômicos. Já dizia o ilustre jurisconsulto, que hoje é Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Dr Temístocles Cavalcanti, que neste setor mineral, a política, o direito e a economia se disputam a proeminência.

Os aspectos de direito e alguns aspectos políticos são definidos nas próprias Constituições que o Brasil já teve. Na época do Império, o sub-solo era propriedade do Estado: o imperador tinha o direito de ceder esse sub-solo, ou sob a forma de verdadeira cessão passar a exploração, ou então mediante participação, dêle recebendo os lucros ali obtidos. Era o chamado regime dominial, o domínio da terra e do sub-solo. Depois passamos à República e veio a Constituição de 1891. Talvez pelo efeito da própria conjuntura daquela época, onde predomina

va um liberalismo no mais alto sentido e também de forma mais ampla, o fato é que a Constituição de 1891 adotou o regime conhecido pelo nome de "a cessão": o proprietário do solo era também o proprietário do sub-solo. Esse regime da Constituição de 1891 dificultou de certa forma qualquer exploração porque unicamente o proprietário da terra podia explorá-la. Era preciso que, quem quizesse explorar qualquer coisa, adquirisse a terra, porque ele seria proprietário do sub-solo. Veio a Constituição de 1934 e se processou então no Brasil uma verdadeira revolução branca, sem luta, e esta Constituição separou a propriedade do solo da do sub-solo. Adotou o regime conhecido como "res nullius". Mas dava ainda ao proprietário do solo a preferência ou então uma participação em qualquer exploração do sub-solo. Foi um grande passo sem dúvida, porque competia ao Governo, então, estabelecer as concessões para exploração do sub-solo; apenas o proprietário tinha preferência nesta exploração ou teria uma participação nos resultados, nos lucros da exploração do sub-solo. Veio depois a Constituição de 1937, no período do "Estado Novo", que de certa forma repetiu o texto da Constituição de 1934 neste setor. A Constituição de 1946 também continuou com propriedades distintas do solo e do sub-solo. O regime era também "res nullius", mas deixou ao proprietário do solo apenas a preferência já não se referiu mais, como a de 34, a qualquer participação nos lucros ou nos resultados da exploração mineral que por ventura, viesse a se fazer. A Constituição de 1967, modificou em profundidade este aspecto. Conservou também a propriedade distinta do solo da do sub-solo e tirou ao proprietário do solo a preferência na exploração do sub-solo. Deu a ele apenas a participação nos resultados da lavra, isto é uma modificação profunda. O que vinha acontecendo depois da Constituição de 46, com a preferência sem direito à participação, era a diminuição, ano a ano, dos interesses nas pesquisas e na lavra. Muitos proprietários de terra que tinham a preferência, quando interpelados se estavam interessados em explorá-la ou não, quase sempre respondiam que sim, mas não exploravam e não deixavam que outros o fizessem e mais ainda, muitos homens, muitas empresas, compravam terras porque sabiam, por qualquer informação, da existência desta ou daquela substância mineral, e uma vez comprando não as exploravam mas apenas as conservavam não se sabe por quanto tempo. A Constituição de 67 impede estas manobras tôdas. Qualquer cidadão brasileiro ou qualquer empresa organizada no país, segundo a própria Constituição, pode explorar, pode requerer o direito de explorar as terras de quem quer que seja, se o proprietário já não o tiver feito an —

tes; o proprietário da terra, recebe então uma participação no resultado da lavra, participação que é dada, pela Constituição, na forma do dízimo do imposto de mineração pago pela exploração daquela lavra. Assim, o que está valendo hoje em dia, é o conceito da prioridade. A prioridade quer dizer: quem primeiro se habilitou legalmente para explorar o sub-solo, tem o direito; não é mais o proprietário do solo que tem a preferência. Sobre isto já houve consultas e pareceres do Sr Consultor Geral da República, definindo bem este problema da preferência e da prioridade, para aqueles casos cujos pedidos tinham sido feitos antes da Constituição de Março de 67, mas que ainda não tinham chegado à fase final da autorização pelo alvará dado pelo Ministério.

Pela nossa Constituição há mais certos aspectos que definem este setor mineral a que eu gostaria de me referir.

A Constituição especifica no seu artigo 162 que a pesquisa e a lavra do petróleo constituem monopólio da União, nos termos da Lei. A Lei que está em vigor estende também este monopólio não só à pesquisa, como à lavra, ao refino e ao transporte.

Outro aspecto importante da própria Constituição: às Empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. Este artigo da Constituição é genérico (às atividades econômicas) e inclui, sem dúvida alguma, todos os aspectos ligados à mineração.

Ainda a Constituição se refere, no setor mineral ao problema de imposto que é o que nos vem dando alguns recursos para todo este setor.

Compete a União decretar impostos sobre extração, circulação, distribuição, ou consumo de minerais. Deste imposto, que é o imposto único sobre o mineral, 90% da arrecadação é dada para os Estados e Municípios, sendo 70% do Estado e 20% para os Municípios, e 10% ficam com a União, com o Departamento Nacional da Produção Mineral para emprego no setor de mineração do país. Esta parte é, pois, propriamente relacionada com o Direito no que se refere ao setor de mineração no País. Chamo a atenção dessa modificação que fez a Constituição de 67, abolindo a preferência do proprietário do solo. Isto acarretou, como nós veremos mais adiante, um grande interesse, por parte das empresas e dos cidadãos, em pesquisarem minérios no nosso país.

No ano de 67, o interêsse nêsse setor tem sido grande . Isto tem nos criado, como administradores, até dificuldades, porque há muito proprietário no interior que não admite que um estranho queira entrar na sua propriedade, porque há ainda a mentalidade, de que sendo o dono do solo, é dêle também o sub-solo. O que acontece é que êle teve preferência durante 30-40 anos, mas nunca tinha se valido dessa preferência. Quando chega um outro que deseja explorar o sub-solo então procuram muitos proprietários criar tôda sorte de dificuldade para isso . Acreditamos que êsse preceito constitucional tenha vindo, apesar de um pouco tarde, criar um maior interêsse por parte de indústrias, das Em-prêsas de mineração, do brasileiro em síntese, na exploração, na pesquisa do nosso sub-solo.

Quando assumi o Ministério das Minas e Energia, depois de ter recebido recomendações e instruções do Presidente Mal Costa e Silva, declarei em síntese, o seguinte com relação a política mineral do país: o Brasil precisa, no setor mineral;

1. acelerar o conhecimento dos seus recursos;
2. reduzir a quantidade dos bens minerais importados e dos quais somos carentes ou deficientes;
3. conquistar novos mercados para os minérios que já temos em abundância;
4. diversificar a exportação com novos recursos minerais abundantes e ainda não exportados;
5. procurar atingir a auto-suficiência nos bens minerais atualmente carentes;
6. marchar para a exportação de minérios beneficiados ou semi-industria lizados ou industrializados.

Êsses aspectôs aqui focalizados definem a política que procuramos seguir no Ministério.

Vamos analisar alguns dêsses aspectos:

- acelerar os conhecimentos dos nossos recursos.

Isto só pode ser feito através da pesquisa. A pesquisa é a parte da exploração mineral mais difícil, porque, apesar de todo avanço da nossa tecnologia de hoje, ela ainda é de certa forma lotérica. Nós temos processos técnicos bem avançados para a pesquisa; hoje em dia já se está empregando cada vêz mais os sensores remotos que podem fazer uma pesquisa mais genérica, não ainda substituindo totalmente a

própria pesquisa no sub-solo ou no solo, mas que já de certa forma aplica conhecimentos bem avançados no setor mineral. Nós temos o reconhecimento aerofotogramétrico e a pesquisa propriamente do solo e do sub-solo. Na pesquisa, o Governo se acha grandemente responsável, ele tem obrigação de fazer certos trabalhos que a iniciativa privada não tem condições de fazer a fim de propiciar um primeiro resultado para as empresas privadas, a fim de que com os dados fornecidos pelo Governo, possam estas dar continuidade ao trabalho. Nesse sentido o DNPM deve empregar na pesquisa, no ano que vem, cerca de 15 milhões de cruzeiros novos. A Comissão Nacional de Energia Nuclear deve empregar em pesquisas específicas, no que se relaciona a minérios nucleares, Urânio e Tório, principalmente Urânio, cerca de 8 a 10 milhões de cruzeiros novos, incluindo uma parte do Convênio que estamos concluindo com a França. Esta parcela do DNPM, não está incluindo um Convênio que temos com a AID, no que se relaciona a pesquisas minerais, o que vem aumentar, talvez nuns 5 milhões de cruzeiros a parte do DNPM. A PETROBRÁS, no que se relaciona ao problema específico do petróleo, deve empregar no ano próximo cerca de 35 milhões de cruzeiros novos. Somando estes recursos, vamos dispor de cerca de 50 milhões de cruzeiros o que é pouquíssimo para um país das dimensões do Brasil. É pouquíssimo em face das necessidades, e do atraso em que nos encontramos. Mas eu gosto de afirmar, que nesse setor, trabalhando também em pesquisa, nós temos a iniciativa privada, com requerimentos para alvará que importa em cerca de 10 milhões de cruzeiros; o alvará conseguido é para 2 anos, e somando esses recursos em dois anos, 67 e 68, temos da ordem de 20 milhões de cruzeiros novos empregados na pesquisa por empresas de mineração interessadas também no conhecimento do nosso sub-solo. Isto é animador, se compararmos com os outros 2 anos anteriores, em que não era nem a metade, mesmo feitas as correções monetárias, do que nós estamos prevendo para estes dois anos 67 e 68. Não chegava a 10 milhões o que se solicitava em 65 e 66. Já se deve essa nova situação à modificação no sentido de tirar do proprietário do solo a preferência na exploração do sub-solo.

Outro aspecto em que o Governo já tomou providências e já decidiu é que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico passou, a partir de agora, a financiar pesquisas do setor mineral e também a exploração. O BNDE, abriu, por decisão dele, por solicitação e empenho também nosso, uma linha de financiamento para pesquisas e isto é um grande passo. Até há pouco tempo, ninguém conseguiria que o BNDE financiasse pesquisa, porque a pesquisa pode dar um resultado muito compensador mas pode também dar um resultado não satisfatório. Essa é uma possibi

lidade que vem ajudar as empresas de mineração que não dispunham de grandes recursos, a conseguirem financiamento desde que os seus planos de pesquisas sejam bem feitos, planos que tenham probabilidade de êxitos. É claro que as condições vão depender da política global do Governo que é de fazer mais esforços no sentido de nós diminuirmos as nossas pausas de importação. Então é claro que, se alguém fôr pedir financiamento para pesquisar minério de ferro, sal gema, ou alumínio sobre o que já temos grandes conhecimentos e se alguém quiser pesquisar zinco ou cobre, ou minérios enfim de que somos mais carentes, êste último terá certa preferência do BNDE, porque êste deve, como organismo governamental, seguir a política do governo que é de tudo fazer no sentido de diminuirmos a insuficiência ou a carência de determinados minérios ou minerais.

Outro aspecto a que eu quero me referir, é que o novo Código de Mineração, que foi baseado na Constituição de 1967, disciplina muito melhor a pesquisa: o que é preciso fazer para pesquisar. Êle delimita o problema de área, o aspecto econômico do plano da pesquisa, a situação da empresa de mineração, a sua possibilidade de de fato cumprir o que ela está se propondo a fazer etc. O Código de Mineração de 1967 foi baixado pelo Decreto Lei 227 de março ou fevereiro do corrente ano, e êle, seguindo os preceitos da Constituição, acreditamos que venha mais ainda ajudar neste setor de pesquisas. Na parte de lavra, o Código de Mineração pouco modifica a nossa experiência já passada. Apenas cria o Consórcio de Mineração, e o Grupamento Mineiro. O Consórcio de Mineração, é a reunião de várias empresas de mineração num conjunto, porque, hoje em dia, um setor da exploração mineral precisa ter dimensões para ser econômico, para ser produtivo. Em geral, as pequenas empresas de mineração, produzindo pouco, com dificuldades, não são econômicas; o Código de Mineração possibilita o consórcio, que já é usado em quase todos os países do mundo. Agora mesmo, no Vale do Rio Doce, para exemplificar, pelo próprio incentivo da Cia Vale do Rio Doce, já está praticamente formado um consórcio de mineradores que estão explorando o minério de ferro: pequenas empresas que não tinham nem condições de negociar com uma empresa como a "Vale do Rio Doce". Ao passo que, incentivados pela própria companhia, organizados num consórcio que é aprovado pelo Departamento da Produção Mineral, dando garantias aos componentes, têm permitido que o Vale do Rio Doce possa trabalhar com êsse conjunto. Em vez de vender 100 ton cada um isoladamente, êles reunidos têm mais capacidade, têm mais agressividade, têm mais condições até de defender os seus interesses. Temos outro exemplo: na Paraíba, há várias jazidas de bentonita; nós importamos a bentonita, portanto estamos in-

interessados em que aqueles mineradores de lá comecem mesmo a trabalhar; que organizem um consórcio a fim de que possam progredir. Estamos com esperanças de atingir o nosso objetivo. Uma outra "figura" criada na exploração é o Grupamento Mineiro. Tanto o Consórcio de Mineração como o Grupamento Mineiro tem que ser da mesma substância mineral e de uma mesma área de jazimento. Quando uma mesma Empresa tem várias concessões, várias explorações de uma mesma área de jazimento então ela pode reunir tudo isso no chamado Grupamento Mineiro para exploração desse conjunto.

- Reduzir a quantidade de bens importados e dos quais somos carentes ou deficientes.

Deficientes são aqueles que nós já produzimos mas não ainda em condições de suprir as nossas necessidades, e carentes são aqueles que não produzimos ou temos conhecimentos de ocorrências ainda não economicamente exploráveis; para citar um, o potássio, por exemplo. A política do Govêrno é de diminuir cada vêz mais o número de minerais carentes e passá-los para o lado dos suficientes ou, se possível, dos abundantes. Isso procuramos realizar através do Plano Mestre Decenal, que agora está sendo atualizado para o Plano Trienal, que entrará em vigor nos anos de 69-70 e 71.

Águas subterrâneas, antimônio, amianto; alguns destes temos possibilidades de tornar suficientes.

Em Bentonita, por exemplo, temos condições de nos tor - narmos suficientes em curto prazo, desde que amparemos o que se está querendo fazer na Paraíba, onde há várias empresas de mineração desejando explorá-la. É usada pela Petrobrás nas suas sondas, e será usada pela Cia Vale do Rio Doce, na confecção das pelotas.

A situação do cobre: o cobre nós importamos; depois do petróleo é a segunda pauta de importação em matérias primas minerais do Brasil. No ano de 1966 importamos 60 milhões de dólares de cobre. Isto ultrapassou tôdas as expectativas. No corrente ano ainda não temos os dados mas deve ser mais. Nós produzimos de cobre, cêrca de 5% do que consumimos. É o cobre da região de Camaquã, no Rio Grande do Sul. O DNPM tem realizado um esforço enorme na pesquisa do cobre. Nós temos na Bahia, no "Vale do Caruçá" na região do Bonfim, grandes esperanças. Diz o Departamento Nacional da Produção Mineral que já temos, naquela região, inferidas cêrca de 150 milhões de toneladas de minério de cobre a uma percentagem de 1 - 3%; inferidas, ainda não estão medidas ,

mas tem havido grande interêsse na pesquisa do Cobre naquela região. A quantidade de emprêsas solicitando alvarás de pesquisas de Cobre na Bahia é enorme. O Cobre, dia a dia, vem tendo maiores usos no Brasil. Só o programa de Energia Elétrica, o programa de Linhas de Transmissão, tem dado um grande aumento na utilização do Cobre no Brasil. Nêste setor, nós temos cêrca de 8 milhões KW instalados e esperamos empregarmes 4 anos cêrca de 7,5 bilhões de cruzeiros novos, no setor de energia, e disso práticamente a metade em linhas de transmissão e de distribuição. É, pois, uma quantidade de Cobre enorme que vai ser utilizada. Cada vêz mais as nossas importações de Cobre aumentarão, se não tivermos aumentada a nossa produção (não acreditamos que possamos nêses 4 anos atingir nem sequer 20% das nossas necessidades). Em todo o caso, lá no Rio Grande do Sul estão iniciando as explorações de Camaquã, lá no nordeste, no Vale do Curuçá, estão começando a trabalhar em algumas explorações, há muitas pesquisas em realização, de forma que temos esperanças de melhorar sensivelmente. O DNPM tem um projeto específico sôbre o Cobre e vem lhe dando prioridade 1 nos seus trabalhos de pesquisas.

No que se relaciona ao Chumbo, a situação é melhor do que a do Cobre, mas mesmo assim ainda importamos cêrca de 50% das nossas necessidades em Chumbo. Nós temos a região do Alto Ribeira no Paraná-São Paulo e Poquirá na região da Bahia. Mas podemos sem dúvida alguma, melhorar a nossa situação em Chumbo; o que importamos de Chumbo é bem menos do que as nossas necessidades em Cobre.

O Estanho tem merecido de nós muita atenção, muitas horas de trabalho. É o caso da cassiterita, e me refiro particularmente ao território da Rondônia. O número de pedidos de pesquisas de estanho que encontramos na Rondônia, se eleva a 3.800 !

Tivemos que mandar técnicos lá e estiveram o próprio diretor do Departamento, o Gal. Bandeira de Mello que aqui está, o Secretário Geral do Ministério. O problema era difícil. Ainda não está solucionado, mas já encaminhamos alguma coisa. Já demos cêrca de 160 autorizações para pesquisa de cassiterita, de estanho, no Amapá. Há uma região lá formada pelos braços do rio Candeias que era a região mais tumultuada. Várias emprêsas desejavam alí explorar, deve ser uma região muito favorável e de grandes possibilidades, havia muitos pedidos das imediações. Então resolvemos dar as autorizações que estivessem legais, de acôrdo com os têrmos do código, nas áreas fronteiriças àquelas zonas de atrito e de certa convulsão. Isto fêz com que diminuisse a pres

são naquela área e como nas imediações já há autorização legal, isto está fazendo com que os corredores do DNPM deixem de ser habitados por elementos responsáveis, empresários, procuradores, interessados no problema da cassiterita e fazendo com que também lá o trabalho esteja sendo realizado de uma maneira mais tranquila. Quando a situação acalmar mesmo nós pretendemos então solucionar aquele problema naquela área que estava convulsionada. É o que esperamos realizar em Rondônia, porque a cassiterita que há em Rondônia, é tal que desde que seja de fato explorada ou concentrada, ou que se faça na região talvez até uma metalurgia, mas que dali venha para os centros maiores do Brasil, com a estrada de Brasília-Rondônia, podendo os caminhões transportarem o minério (porque no momento já se transporta em caminhão, mas durante algum tempo era em avião que se estava transportando), desde que se construam de terminados trechos de estradas no próprio território de Rondônia, é possível em curto prazo que o Brasil deixe de importar o estanho: porque as nossas metalurgias existentes estão com capacidade ociosa; elas têm capacidade de produzir o estanho metálico que nós consumimos, que nós precisamos. E pode o Brasil, em curto prazo, passar a exportar em vez de importar. É essa meta que devemos atingir sempre que possível. Sair de uma situação de carência, de deficiência, passar para uma de suficiência, atingirmos a chamada abundância, e entrarmos com agressividade no mercado para exportar. Exportamos de preferência já o metal, já o produto industrializado, ou semi-industrializado quando não for possível o industrializado, ou pelo menos beneficiado. Isto é norma que temos incentivado porque faz parte de nossa política nesse setor.

O aspecto do Zinco (também outro não-ferroso de grande importância): nós temos 50% e importamos 50% de Zinco. O nosso Zinco é lá de Vazantes - Minas Gerais, lá concentramos a Calamina e temos já a metalurgia no Ingá, no Estado do Rio. Temos outras possibilidades de zinco, na região de Januária, sendo que o zinco nessa região, traz a vantagem de vir associado ao Vanádio e dizem que com o Vanádio também há Prata: sendo assim a exploração do Zinco, pode ser mais econômica levando-se em conta que pode também ser explorado (talvez antes que o Zinco, que tem uma determinada técnica em que estamos tendo algumas dificuldades), o Vanádio, e talvez a própria Prata.

Quanto ao Alumínio, nós temos grandes quantidades de bauxita, já conhecida. O problema do Alumínio, é tipicamente um problema de energia elétrica abundante e barata que permita a sua metalurgia. Já temos várias metalúrgicas de Alumínio; há uma outra indústria já na

fase final: a Alcominas, em Minas Gerais, (creio na região de Poços de Caldas) que o governo de Minas, a Alcoa e capitais de outras empresas estão organizando, já com plano de fornecimento de energia, pela CEMIG. Como a energia entra na indústria do Alumínio é preciso ter um preço compensador, para essas grandes quantidades de energia que a CEMIG passará a fornecer a ALCOMINAS.

Acreditamos que com a ALCOMINAS em funcionamento, o Brasil deixe de importar Alumínio.

- Conquistar novos mercados para os minérios que já temos abundantes.

Aí me refiro ao minério de ferro, por exemplo; a Companhia Vale do Rio Doce vem neste Governo, como já vinha, com verdadeira agressividade procurando conquistar novos mercados. A política do minério de ferro, é basicamente uma política de exportação. Não se trata de minério de ferro necessário para as nossas siderúrgicas pois temos demais minérios de ferro e podemos exportá-lo. Para a nossa siderurgia, não há dúvida que temos suficiente minério de ferro. Já temos conhecimento da existência desse minério, temos em quantidade no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, na região de Mato Grosso, e lá pelo norte do Brasil. A Cia Vale do Rio Doce está acompanhando a tecnologia, produzindo as várias modalidades: simples, granulado, pelletizado; agora está já em plena construção, a primeira usina de "pellets", para exportação. Para irmos ao encontro do comprador, nós precisamos ter condições para ir vender o nosso minério de ferro lá no Japão como estamos vendendo 86 milhões de toneladas, com contratos assinados com o Japão em 10 anos. Isto mostra a vontade de ir procurar o comprador. Possibilitou-se isso com o transporte, bem organizado, temos uma carga certa para os graneleiros que vão levando o minério; fizemos convênio com a Petrobrás e esses graneleiros trazem na volta o petróleo para o Brasil e portanto, não voltam vazios. Isto permite termos um preço tal, por causa da organização da empresa, que nós podemos ir competir no Japão, com a Austrália que é vizinha do Japão. Além do mais, acreditamos que o Japão não quer depender exclusivamente de um país fornecedor. Há também injunções de natureza econômica que fazem com que a Austrália não possa baixar mais o preço para o Japão, porque então este poria aço nos Estados Unidos, ou em outros mercados, por um preço tão baixo que iria prejudicar a indústria desse país. Com esses fatores todos nós conseguimos entrar no Japão. Isso para dar um exemplo de como conquistar novos mercados para os minérios de que já temos abundância.

- Diversificar a exportação com novos recursos abundantes. Eu me refiro, por exemplo, a uma exportação que estamos fazendo de alguns anos para cá, e que podemos até ampliar sem receio para a nossa segurança nacional, a do Nióbio, de Araxá. Temos grandes reservas de Nióbio. Depois do Ferro, do Manganês, vem o Nióbio na exportação que fazemos das substâncias minerais. É claro que por ser o minério considerado estratégico, há um certo controle na sua exportação. A Comissão Nacional de Energia Nuclear tem fixado os tetos máximos em exportação. Isto não tem dificultado. Por força da nossa Legislação, a Comissão vem recebendo o Tório, que faz parte daquele pirocloro que é exportado. O Urânio a Comissão não recebe de volta, porque a quantidade é muito pequena. Eu creio que é 0,01%. Já o Tório é um pouquinho mais. Aqui neste Centro Técnico de Aeronáutica, está se fazendo já há algum tempo, um estudo para ver se se consegue separar o Tório, e o Urânio desse pirocloro.

Para realizar essa política em todos esses aspectos a que eu me refiro, em 1965, o Governo resolveu transformar isso num plano. O Departamento da Produção Mineral, com os melhores geólogos que o Brasil possui, organizaram um Plano mestre para avaliação dos recursos. Este plano é estabelecido para 10 anos. É mais detalhado para os 4 primeiros anos; procurou-se fazer duas coisas; trabalhar no sentido de diminuir as substâncias minerais que importamos e trabalhar no sentido de pesquisar, a fim de que tivéssemos todas aquelas substâncias minerais de efeitos sociais mais imediatos; como por exemplo, água subterrânea. O Plano Mestre Decenal insiste no problema de água, porque ela tem um efeito de natureza social em determinadas regiões do Brasil, como no nordeste.

Nestes dois aspectos, o Plano Mestre Decenal fez uma seleção com prioridades. É um documento muito bem elaborado - possui projetos básicos e projetos específicos.

O Ministério, o DNPM, não faz a exploração, não faz a extração, quem faz isto são as empresas privadas, as empresas de mineração. O Governo faz apenas a extração do petróleo, a exploração e a pesquisa dos minérios nucleares; e a Vale do Rio Doce trabalha no setor de Ferro, mas em concorrência, não como monopólio. Além disso, o Ministério procura apenas dar meios e incentivar, realizando estes projetos.

Uma dificuldade que o Brasil possui é a falta de geólogos, embora nesses últimos 4 ou 5 anos a situação já melhorasse bastante.

Outra coisa que dificulta é o teto do que se pode pagar pela Lei, para um geólogo ir trabalhar no campo. O que é permitido, de acordo com os tetos estabelecidos para o funcionário de nível equivalente, é muito pouco. Recentemente, em junho do corrente ano, foi votada uma Lei por solicitação do Governo, permitindo que a Comissão Nacional de Energia Nuclear pudesse contratar técnicos, engenheiros pelo preço que de fato vale o trabalho que eles podem executar. Isto está sendo regulamentado, e será um grande auxílio para os trabalhos relacionados com a Energia Nuclear. Mas não podemos ainda fazer o mesmo com os nossos geólogos do Departamento Nacional da Produção Mineral. Todos os geólogos, que encontramos no nordeste, convidamos para trabalhar no DNPM, dentro dos preços que se possa pagar, NCr\$ 700 aproximadamente. Apareceram 18 na região de Pernambuco - nos outros estados não sei. Depois veio a SUDENE, melhorou um pouco o padrão salarial e vários estão nos deixando e indo para a SUDENE, o que é natural. São dificuldades de uma administração, mas estamos lutando e temos que ir para frente apesar destas dificuldades.

A primeira coisa que o Brasil precisa ter é uma carta geológica completa e nós não a temos. Estamos, pois, trabalhando na carta geológica do Brasil, ao milionésimo, e para isto nós temos os projetos básicos. O Brasil, é dividido em 8 ou 10 regiões e cada uma corresponde a um projeto básico.

Para se ter uma idéia, eu queria mostrar o número de pesquisas que se tem feito: no ano de 1967, 2.500; no ano de 66, 1.600; ano de 65 cerca de 1.500; no ano de 61, foram muito poucas; enfim isto mostra já os resultados do novo Código. Nem todos os pedidos de pesquisas vão se transformar numa lavra, numa exploração. Eu tenho certeza - que nos anos de 68 e 69 o número de concessão para lavras vai ser bem maior dado o número de autorizações de pesquisas já concedidas. É normal também que muitas das pesquisas não dêem em nada, não dêem resultados econômicos. Então o interessado perdeu o que ele empregou para saber se tinha condições para transformar aquilo numa mineração. No ano 65 foi um ano onde foram concedidas muitas lavras, cerca de 600.

O Código saiu em fevereiro e inicialmente, nós tínhamos um prazo até junho para atualização dos atendimentos em função do novo Código. Depois veio o pessoal de Rondônia e do Pará, dizendo que esse prazo não havia ainda chegado lá, porque o Diário Oficial chegou muito atrasado; pediram mais uma prorrogação. Nós demos mais uma prorrogação

até 20 de Outubro para haver uma atualização; só a partir de 20 de Outubro, é que muitos casos puderam ser solucionados pelo Departamento e encaminhados ao Ministro para dar alvará; uma inovação do Código novo, é que enquanto no antigo, a concessão da autorização da pesquisa era também Decreto Presidencial, nêste, a autorização de pesquisas é um alvará assinado pelo Ministro de Minas e Energia, o presidente da República só dá o decreto da concessão da lavra. O ministro também autoriza a empresa de mineração a funcionar.

A quantidade de empresas de mineração constituídas que pedem para funcionar como tal é um fato muito animador. Tôda semana asino, creio eu, pelo menos os pedidos de umas 8 ou 10 empresas de mineração. Isto mostra que está havendo um pouco mais de interêsse e de vontade. Mostra que as medidas que estão sendo tomadas de 1964 para cá nêste setor estão surtindo algum efeito favorável.

Foi excepcional a oportunidade de falar sôbre êsses aspectos políticos principalmente, sôbre êstes princípios porque é isso que eu vim dizer aqui. Eu não vim falar como fazer sonda, como fazer a pesquisa de cobre, nem que eu quizesse, eu não teria condições para o fazer. Se fôsse preciso falar disso eu teria os auxiliares que estão em condições de o fazer. Mas estou convencido de que êsse setor de mineração é dos setores, baseados nos quais o Brasil tem condições de aumentar o seu progresso em prazo relativamente curto. Não é também num prazo muito curto, porque a pesquisa demanda a instalação de uma empresa, a lavra, a exploração de determinado mineral, ela não é tão rápida. Mas já temos empreendimentos seguros que vem por aí num futuro próximo. Por exemplo, o problema de amianto - nós produzíamos algum amianto na Bahia. A mina se esgotou. Agora temos amianto na região de Uruaçu, no norte de Goiás. Temos já, empresas iniciando o seu trabalho. A dificuldade é o terreno ser um tanto acidentado, mas o amianto que há ali, pelo que já está inferido pode ter repercussão não só no Brasil, mas até em âmbito internacional. Está faltando uma estrada que o Govêrno de Goiás está fazendo para ligar à Belém-Brasília, e também àquela região será levada energia elétrica em melhores condições.

Isto mostra uma situação nova.

Vejamos o caso do potássio, na região de Carmópolis . Nós importamos todo potássio que consumimos, e quando se fala em agricultura temos que falar em fertilizantes, e quem fala em fertilizantes tem que falar em potássio. E o Brasil que precisa aumentar sua agricul

tura vai precisar do potássio.

A petrobrás, procurando petróleo na região de Carmópolis, encontrou veias de potássio junto com sal gema. Este foi um assunto que encontrei no Ministério há um ano ou dois, sem solução. Achemos agora uma solução que eu considero exequível. O DNPM por determinação governamental, (sugestão do Ministério) está iniciando a pesquisa de potássio na região de Carmópolis, (aliás em Carmópolis os campos de petróleo tem aumentado a sua produção; já se passou dos 25 mil barris de petróleo diários, o que é uma boa notícia). Várias empresas queriam pesquisar, para iniciar logo em seguida, conforme o resultado, a lavra. Mas poderia haver interferência na pesquisa do petróleo. Por lei, o petróleo tem prioridade. Então achamos que o DNPM faria a pesquisa, não talvez essa pesquisa que ele faz para todos os outros, mas uma pesquisa com um verdadeiro plano, para poder dizer: aqui há tantas toneladas medidas de potássio, de silvita, e tantas inferidas; enfim, para mostrar que ali é economicamente explorável, o potássio. O DNPM tem dois anos de prazo para fazer isso, e tenho certeza que vai nos fornecer um grande trabalho, tendo à frente o eng^o Moacyr Vasconcellos, seu Diretor. Com o resultado do trabalho o Governo decidirá quem vai explorar, qual a empresa, quem oferece melhores condições, quem tem melhor "know-how", quem pode dar ao Brasil realmente uma produção do potássio. Creio que foi uma solução que permitirá em curto prazo marchar para a solução definitiva. A Petrobrás achava que se entrassem muitas empresas iria haver desinteligências, ao passo que o DNPM, recebendo a missão de trabalhar sempre que necessário em ligação com a Petrobrás, o trabalho sairá tranquilo e em dois anos teremos a pesquisa pronta. Qualquer empresa privada também iria levar esse prazo, e talvez pudesse precisar de muito mais tempo.

Isto são exemplos, de situações promissoras: o amianto, o potássio, o sal gema. Na região do Nordeste, há muito sal gema. Na região de Maceió, quase em seu centro, está-se fazendo pesquisas. Já encontraram a uma profundidade menor de 1.000 metros, uma camada de 40 metros de sal gema. Depois de mais um pouco de perfuração, outra camada de 80 metros de espessura de sal gema. Isto é qualquer coisa de enorme. E diz-se que o sal gema é quase que quimicamente puro. Então podemos a curto prazo, ter no local sal muito mais barato, e em ótimas condições, toda uma indústria que pode sair disso: soda cáustica, o próprio cloro que pode ser tirado, enfim é algo que dá grandes esperanças. Estou citando esses três exemplos, podia citar vários outros, como também o da cas-

siterita, a que já me referí aqui.

Mas estamos convencidos d'êste particular: se o Brasil tiver um incentivo dos seus dirigentes, se nós tivermos segurança e tranquilidade para trabalhar e se deixarmos a emprêsa privada trabalhar nêsse setor, ressaltados naturalmente os altos interêsses da segurança nacional, mas se incentivarmos a emprêsa particular, se o Govêrno incentivar as pesquisas, e se tivermos alguns recursos, estou convencido que êste setor mineral, será o mais promissor no menor prazo possível, para o progresso, para o desenvolvimento, para o futuro dêsse Brasil tão grande de todos nós.

Muito Obrigado.

POLÍTICA DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS NO BRASIL

José Costa Cavalcanti (1)

DEBATE

Aparteante

- Eu quero cooperar também, em parte, dando mais uma boa notícia. Contrariamente aquilo que vem sendo divulgado sem consultar os resultados das nossas importações, tenho o prazer de comunicar a V.Excia., que desde o fim de 1965 não se importa mais cassiterita para o Brasil. A cassiterita importada até o fim de 65 foi dentro daquele plano de a Tailândia proibir no ano seguinte de 66, a exportação do minério. Porisso no começo de 66 foi feita uma importação como defesa - da necessidade do país, de uma pequena porcentagem, menos de 5% das nossas necessidades. Desde essa época, o ano de 66 completo, o ano de 67 completo, não foi importada uma única tonelada de cassiterita. É uma notícia agradável que eu quero transmitir, ao Simpósio, porque já estamos vendo que mesmo sem Rondônia ter começado a produção que nós esperamos levar para a frente, já temos no país uma produção suficiente para as nossas necessidades.

Cláudio L.de Barros⁽²⁾ - O Sr se referiu na sua palestra, ao problema , de energia elétrica da ALCOA que havia chegado a um acôrdo com a CEMIG. Conforme V. Excia sabe, para alguns dos metais não ferrosos, a matéria prima básica é justamente a energia elétrica ; no nosso caso, sendo Níquel, também é. Eu desejava saber de V.Excia., se o Governo pretende estabelecer uma política específica para os casos dessas indústrias que utilizam grande quantidade de energia elétrica, porque isto está entra-

vando realmente nossa produção; o custo da energia aqui no Brasil é 200% superior ao estrangeiro.

Ministro

- Isto está sendo estudado de uns 2 ou 3 meses , para cá. Tôdas aquelas indústrias nas quais a energia entra com cêrca de 25% no preço do produto acabado, terão uma tarifa chamada "tarifa especial". O Ministério do Planejamento ficou encarregado de dizer quais serão essas indústrias. Eu sei que o Ministério do Planejamento está com o seu levantamento praticamente pronto na região Centro-Sul. Depois disso feito, o Ministério receberá da própria indústria interessada a sua situação exata de energia, fator de carga, o consumo, etc., feitos êstes estudos nós estamos em condições de darmos uma tarifa especial. As indústrias eletro-químicas estão tôdas nêste particular. E acredito que o Níquel, em determinada situação, dependendo do processo, também possa ser enquadrado. O Sr poderia dizer se é industrial, qual é a sua firma?

Claudio L. Barros

- Cia Níquel do Bradil, em Liberdade, MG. Nós consumimos uma quantidade de energia muito grande.

Ministro

- Eu sei que êsse levantamento em Minas Gerais não está concluído. Mas se o Sr tem interêsse, pode prepará-lo e pode ou o Sr pessoalmente ou mandar alguém ao Ministério com êsse estudo, porque nós já estamos acostumados a receber vários industriais, e há interêsse do Govêrno, de não dificultar nêstes casos típicos. Dada a nossa deficiência ainda em energia, devido, à falta de recursos com que lutamos e à necessidade que temos de ampliar a nossa potência geradora não podemos imaginar aqui essa energia em condições e equivalentes a dos EEUU, da Suécia, ou outro país já em grande desenvolvimento. Eu sei que isso é uma desvantagem aqui, mas as emprêsas de energia precisam ter uma margem para re-investimento, pa

ra ampliar suas próprias organizações. Para o Sr ter uma idéia, do que se emprega em energia no Brasil, mais de 30% está provindo do próprio re-investimento das emprêsas de energia. Isso merece portanto um estudo, a fim de que colocado numa balança se verifique qual a decisão a tomar e, porisso, estamos analisando quase que caso por caso, porque não podemos dar essas tarifas especiais a todos. O ideal seria que tôdas as indústrias as tivessem, mas para aquelas nas quais a energia não entra como um fator preponderante, terão que se sujeitar e, além disso a causa das dificuldades às vêzes não é só a energia. O problema de certas indústrias de sodacáus tica por exemplo: a energia influi, mas vamos ver também de onde está vindo o sal, como êle está vindo, de caminhão ou de navio? a que preço a matéria prima está chegando? São êsses vários fatôres que nós precisamos, em cada caso, estudar para tomarmos uma decisão. Já há determinação do Governo nêsse sentido, eu posso lhe assegurar .

Aparteante

- Gostaria de saber as possibilidades sôbre a possível exploração do Magnésio da carnalita, para a obtenção do Magnésio metálico.

Ministro

- Eu tenho aqui um colêga que poderia informar.

Moacyr (3)

- Infelizmente ainda não foram contemplados os planos de pesquisas da carnalita de Carmópolis, para uma metalurgia do Magnésio, mas deixamos essa segunda etapa para os industriais: a nossa tarefa será apenas a de dimensionar reservas, dizer se elas são econômicas e dizer da compatibilidade do trabalho de mineração do potássio com a exploração do petróleo, sômente isso. Feito isto o nosso trabalho está terminado; aí passa para a área governamental para engrenar a parte completamente industrial, a quem puder se credenciar para tal no Brasil.

Canuto Costa (4)

- Eu gostaria de saber de V.Excia., o seguinte: se existe alguma diretriz estabelecida ou pelo menos alguma previsão de estabelecimento de uma diretriz com referência à descentralização do Departamento Nacional de Produção Mineral com vistas à instalação de laboratórios de análises metalográficas e espectrográficas em regiões onde a demanda é bastante grande. Estes problemas são bastante grandes, principalmente na região do Vale do Rio Doce, V.Excia. provavelmente está a par, onde uma análise petrográfica mineralógica leva um tempo bastante grande e temos que recorrer a centros longínquos como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte para fazê-las. Existe alguma diretriz a respeito?

Ministro

- Realmente existe. Nós cremos que uma das razões das dificuldades nêsse setor da exploração mineral tenha sido justamente a intensiva centralização durante muitos e muitos anos de Departamento Nacional da Produção Mineral. O DNPM vem, por determinações governamentais, adotando a forma de trabalho descentralizada. Vários distritos já foram criados últimamente. Antigamente não eram pròpriamente distritos, mas Divisões de Fomento, havia a de Minas Gerais a do Rio Grande do Sul. A reforma administrativa de Gôverno impõe a descentralização. Já no atual Gôverno nós criamos um distrito no Nordeste, em Pernambuco, transformamos o que tínhamos em Minas Gerais em um distrito, criamos um, já em funcionamento também, em Goiânia (Goiás), o do Rio Grande do Sul também foi ampliado. Temos já no Nordeste fazendo parte dêsse distrito um laboratório que funciona em Campina Grande. Eu posso lhe dizer que dispondo o ministério de recursos suficientes (e, nêsse particular infelizmente o Ministério luta com dificuldades porque a política do Gôverno é conservar uma inflação controlada, sem ultrapassar determinados tetos, no corrente ano são 30%), dispondo de recursos, o

DNPM terá em todos os distritos o seu laboratório tão completo, tão atualizado quanto fôr possível. Para isso estamos lutando, não acredito que possamos imediatamente implantar todos êsses laboratórios, mas é meta nossa atingirmos a isso. Não sei se o Dr Moacyr tem alguma idéia a acrescentar a êsse respeito.

Moacyr

- Seria satisfação nossa que essa descentralização fôsse realmente vitalizante para o Departamento e para o Ministério; devidamente alertado o Sr. Ministro dentro dessa linha de idéias, nós fizemos aquisições de espectrômetros comuns de raios -X e doamo-los a Belo Horizonte, onde já está sendo instalado, ao Rio de Janeiro, a Campina Grande, alguns já estão pois em funcionamento. A idéia de descentralização do Sr foi realmente já aproveitada.

- (1) José Costa Cavalcanti
Ministro das Minas e Energia
- (2) Cláudio Lins de Barros
Diretor Presidente Cia Niquel do Brasil
- (3) Dr Moacir
Ministério de Minas e Energia
- (4) Talmir Canuto Costa
Diretor Geral do Minas Instituto de Tecnologia - MIT

